

BOLETIM 331

Brasília, 10 de abril de 2017

Marceneiros de Pernambuco renovam diretoria com 80% dos votos

No dia 7 de abril (sexta), ocorreram as eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, Serrarias, Colchões e Estofados do Estado de Pernambuco, ocasião em que a chapa única, "Unidade na Luta", encabeçada pelo companheiro Edivan Mariano da Cruz obteve 80% dos votos válidos em sua reeleição para o quadriênio 2017/2021.

Edivan, que também preside a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Norte e Nordeste (FETICOM-NONE), após "agradecer a todos em nome dos diretores eleitos, os novos e os reconduzidos, bem como os óssociados que mais uma vez confiaram seu voto". Segundo ele, "isto significa, com mais esse voto de confiança, o aumento de nossa responsabilidade e a certeza de que teremos força e sabedoria para enfrentar os desafios, defender, lutar e irmos em busca de novas conquistas".

A nova direção do Sindicato ficou definida da seguinte forma: **COMISSÃO EXECUTIVA** - Diretor Coordenador Geral, Edivan Mariano da Cruz; Vice-Diretor Coordenador Geral, Mário



80% dos associados compareceram às eleições

Pereira de Oliveira Júnior; Diretor Secretário Geral, Ivonaldo da Cruz; Diretor Secretário Geral Adjunto, Alexandre Cordeiro de Lima; Diretor Secretário de Finanças, Gláucio Mariano Pessoa; Diretor Secretário de Finanças Adjunto, José Edvaldo da



Edvan (1º à direita) com os demais companheiros que dirigem o Sindicato

Silva; Diretor Secretário de Relações Trabalhistas Formação e Assuntos Jurídicos, Fabio Germano Miranda de Lira. **DIRETORES DE BASE:** Michael Francisco Alcoforado da Silva; José Carlos da Silva; Robério Lima dos Santos; David Lima dos Santos. **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Enock Ferreira de Oliveira; Carlos Valfrido Soares; Francisco Cabral Santos de Oliveira. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Valdir Manoel Barreto; Maria da Penha Batista da Silva; José Carlos Silva dos Prazeres; **DELEGADOS FEDERATIVOS TITULARES:** Edivan Mariano da Cruz; Gláucio Mariano Pessoa. **DELEGADOS FEDERATIVOS SUPLENTE:** Angela Maria Alves Espindola; Edvá Argemiro da Silva. Os candidatos eleitos, efetivos e suplentes, exercerão seus respectivos mandatos no período de 6 de junho de 2017 até 5 de junho de 2021.

Fonte: FETICOM-NO-NE



Trabalhadores participam do processo eleitoral em São Luis (MA)

Trabalhadores renovam diretoria do Sindicato em São Luis (MA)

Transcorreram ontem (9 de abril), em clima de normalidade, as eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de São Luis, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa e Alcântara, presidido pelo companheiro Humberto França Mendes.

O presidente da FETICEMA, Francisco das Chagas Viana, que também é o 2º vice-presidente da CONTRICOM, acompanhou todo processo eleitoral e, ao final, “em nome da Federação e dos sindicatos filiados” desejou “sucesso nessa nova jornada de luta junto aos trabalhadores da categoria.

Segundo o dirigente sindical, “as eleições revelaram a competência de quem sabe fazer do movimento sindical uma bandeira de paz e harmonia entre diretoria e associados. Presidente Humberto, que Deus abençoe a todos dessa nova



diretoria e dê sabedoria para conduzir com competência e dignidade mais esse mandato”, sentenciou.

O presidente do Sindicato fez um agradecimento a todos e, da mesma forma, desejou pleno êxito nos trabalhos que se iniciam com o novo mandato para o qual a diretoria foi eleita.

Fonte: FETICEMA

DIEESE denuncia fim do tratamento diferenciado às mulheres na reforma previdenciária

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) coloca disponível Nota Técnica sobre a reforma da Previdência. Trata-se do estudo "As mulheres na mira da Reforma da Previdência".

Conforme o documento, a proposta de reforma da Previdência e da Assistência enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, na forma da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/16, tem entre os propósitos a correção de “distorções e inconsistências do atual modelo”, criando regras únicas de acesso à aposentadoria para todos os trabalhadores.

Em outras palavras, a proposta pretende acabar com o princípio da solidariedade social, que está presente na concepção de Previdência desde a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 e que busca dar tratamento diferenciado a segmentos populacionais com condições desiguais de inserção no mercado de trabalho.

Se essa estratégia de uniformização for aprovada, as mulheres, em particular, serão muito penalizadas. Com as novas regras, elas teriam que atender aos mesmos critérios fixados para os homens e passariam a ter direito de acesso à aposentadoria somente aos 65 anos de idade, desde que completassem 25 anos de contribuição, pelo menos.

Ou seja, as mulheres seriam afetadas tanto pela elevação da idade mínima quanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição e, mais ainda, pela combinação desses dois novos requisitos. Além disso, o requisito de idade mínima valeria independentemente do fato de as mulheres trabalharem na área urbana ou rural, no serviço público ou na iniciativa privada, na educação básica ou nas demais ocupações.

Fonte: DIAP



Projeto sobre dívida dos estados está na pauta da Câmara desta segunda

O projeto de lei complementar (PLP 343/17) sobre a recuperação de estados em calamidade fiscal é o destaque da pauta do plenário da Câmara dos Deputados, nesta segunda-feira (10), em sessão marcada para as 15 horas.

Na última quarta-feira (5), o deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ) terminou de apresentar seu parecer ao PLP 343/17, que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Conteúdo do projeto

O texto prevê, por exemplo, uma carência de três anos no pagamento das parcelas da dívida em troca de contrapartidas como elevação de alíquotas de contribuição social de servidores, redução de incentivos tributários e privatizações. Entre as mudanças propostas em seu substitutivo, Pedro Paulo passou de 20% para 10% ao ano o

percentual de redução das renúncias tributárias instituídas por lei estadual, exigida dos participantes do regime.

No caso da proibição de gastos com publicidade durante a recuperação, ele ampliou o rol das exceções ao incluir aquelas para educação no trânsito e outras de “demonstrada utilidade pública”. Também poderá haver despesas com publicidade relacionada às áreas de saúde e segurança.

O texto do relator permite ainda a celebração de convênios com organizações sociais (OSC) que impliquem redução de despesa durante a vigência da recuperação fiscal.

Pauta travada - A partir desta terça-feira (11), passa a trancar a pauta a MP 752/16, que autoriza a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão da reforma trabalhista realiza fórum nos estados

Na segunda-feira (10), às 14h, comissão especial sobre a reforma trabalhista (PL 6.787/16) realiza fórum estadual para discutir o tema e seus impactos para os trabalhadores e o mercado de trabalho.

Foram convidados, entre outros, o presidente do TRT da 12ª Região, Gracio Ricardo Petrone; o defensor público-geral do estado de Santa Catarina, Ralf Zimmer Junior; e o presidente da Fecomércio-SC, Bruno Breithaupt. Vai ser na Assembleia Legislativa de SC, em Florianópolis.



Em Salvador, às 14h, na Assembleia Legislativa da BA, o colegiado também estará reunido. Para o evento foram convidados, entre outros, o presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado da Bahia (CUT-BA), Cedro Silva; a presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região da Bahia (Amatra), Rosemeire Lopes Fernandes; e o coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia (Fetraf-BA), Rosival Leite.

Vai haver debate ainda na Assembleia Legislativa de SP, em São Paulo, às 14h. Foram convidados, entre outros, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; e o diretor jurídico do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias de São Paulo (Simpí), Rogério Grof.

Debates sobre as reformas trabalhista e da Previdência - Serão dois dias de debates. Na segunda (10) e terça-feira (11), a Liderança do PCdoB promove debates sobre as reformas trabalhista e da Previdência. Especialistas irão ampliar o debate, que acontecerão no plenário 12, da Comissão de Trabalho.

Na segunda (10), a primeira mesa vai analisar a reforma da Previdência e as questões sociais envolvidas. O debate acontecerá às 14h e contará com a participação da líder do PCdoB na Câmara, deputada Alice Portugal (BA); da vice-líder da Minoria e única mulher na comissão especial da reforma da Previdência, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ); do economista André Calixtre, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e do economista e professor da Unicamp Eduardo Fagnani.

A segunda mesa acontecerá às 16h e vai analisar os impactos econômicos da reforma da Previdência. Entre os debatedores estão a líder do PCdoB no Senado, Vanessa Grazziotin (AM); o deputado Davidson Magalhães, membro da comissão especial da reforma da Previdência; e do coordenador da Assessoria Técnica do PCdoB na Câmara, Flávio Tonelli Vaz.

Na terça-feira (11), a primeira mesa analisará a reforma trabalhista (PL 6.787/16) e o abandono do desenvolvimento. O debate terá início às 9h e contará com a participação da líder do PCdoB na Câmara, Alice Portugal (BA); do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), membro da comissão especial da reforma trabalhista; e do economista, professor da Unicamp e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann.

A terceirização, o trabalho temporário e o PL 6.787/16 serão os temas da segunda mesa, que acontecerá às 11h, e contará com o presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP); do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), membro da comissão especial da reforma da trabalhista; e de um representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Reforma Política - A comissão especial sobre a Reforma Política realiza, na terça-feira (11), às 14h30, Plenário 11, reunião de debates sobre o exercício da soberania popular direta e sobre o regime especial de tramitação de projetos de lei de iniciativa popular.

Fundeb

A comissão especial sobre a PEC que Torna Permanente o Fundeb (PEC 15/15) realiza audiência pública, terça-feira (11), às 14h30, no plenário 12. Foram convidados representantes do Fórum Nacional de Educação (FNE), da União



Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Ciclo de Palestras "Educação em Debate"

A Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação realizam Ciclo de Palestras "Educação em Debate", sobre reforma da Previdência e os reflexos na filantropia. Foram convidados, entre outros, o diretor da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Osvino Toillier; o presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), Custódio Pereira; e o padre superior dos Jesuítas, Antônio Tabosa Gomes. O evento vai ser na segunda-feira (10), às 8h, no plenário 12.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher -

Colegiado realiza audiência pública, terça-feira (11), às 10h, no plenário 6, para debater a reforma da Previdência no que se refere à equiparação entre homens e mulheres para fins de aposentadoria. Foram convidados o secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano; a advogada da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, Eduarda Mourão; a professora Geovana Lorena Bertussi, do Departamento de Economia da UnB; e a representante da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, Alessandra da Costa Lunas.

Ato público contra o fim da aposentadoria -

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) realiza, na quarta-feira (12), às 9h, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, Ato Público contra a PEC 287/16 – Não é Reforma, é o Fim da Previdência.

MP do Programa Seguro-Emprego (PSE) - A Comissão Mista sobre a MP 761/16, que estende por mais um ano o prazo para adesão ao Programa de Proteção ao Emprego e altera o nome para Programa Seguro-Emprego realiza, na quarta-feira (12), às 14h30, audiência pública com transmissão ao vivo e participação popular no Portal e-Cidadania. Foram convidados os gerentes da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Sebrae, Bruno Quick; o técnico do Dieese Tiago Oliveira; o especialista em Políticas e Indústria da CNI, Rafael Ernesto Kieckbusch; o assessor técnico da CUT, Alexandre Ferraz; e representantes do Ministério do Trabalho, da Força Sindical e da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Vai ser no plenário 3, da ala Alexandre Costa, no Senado.

SENADO FEDERAL

Comissão debate prevalência do acordado sobre o legislado

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado faz, na quarta-feira (12), audiência pública para debater o projeto de lei que estabelece a prevalência dos acordos coletivos de trabalho sobre a legislação trabalhista. A audiência faz parte de ciclo de debates da comissão sobre a reforma trabalhista, e será realizada após a sessão deliberativa da CAS do mesmo dia, marcada para as 9h.

A chamada reforma trabalhista, no contexto do PL 6.787/16, que tramita em uma comissão especial na Câmara dos Deputados regulamenta a força normativa de convenções e acordos coletivos de trabalho. Segundo o texto, essas deliberações terão força de lei quando



tratarem de parcelamento de férias, cumprimento de jornada, participação nos lucros da empresa, seguro-desemprego, planos de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto, entre outros temas.

Foram convidados para a audiência pública o assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Admilson Moreira dos Santos; o procurador Renan Bernardi Kalil, da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho; Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Maria das Graças Costa, secretária nacional de Relações de Trabalho da CUT; e o deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical.

A audiência vai ser pública e interativa. Todos os interessados em participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone Alô Senado (0800-612211). A reunião vai ser no plenário 9, da ala senador Alexandre Costa.

Fonte: DIAP

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)